



Montenegro anunciou prorrogação da situação de calamidade até 15 de fevereiro, alertando para as próximas horas de "extrema dificuldade" que se antecipam.

Governo chama imigrantes e vigia preços na construção

Executivo adicionou mais uma semana à situação de calamidade e anunciou um reforço das medidas de ajuda. Famílias recebem já apoio e Montenegro segue conselho de Marcelo e abre a porta a imigrantes para acelerar as obras de reconstrução.

PAULO RIBEIRO PINTO

paulopinto@negocios.pt

PAULO MOUTINHO

paulomoutinho@negocios.pt

obra imigrante, o primeiro-ministro acatou a sugestão ao mesmo tempo que anunciou o prolongamento da situação de calamidade.

Com um reforço de ajuda perante as sucessivas tempestades que estão a atingir o país, Luís Montenegro anunciou que quer acelerar o recrutamento de mão de obra para a reconstrução das zonas mais afetadas pela de-

pressão Kristin, incluindo imigrantes, através da chamada "via verde", criada há cerca de um ano.

"Instruímos o Instituto de Emprego e Formação Profissional - que amanhã [sexta-feira] mesmo se vai juntar à estrutura de missão no terreno - para recolher as necessidades de trabalhadores, seja para as empresas, nomeadamente de construção civil,

seja para as autarquias locais", e que "vai usar a sua rede para de forma em termos de prioridade, recrutar em Portugal, mas ao mesmo tempo para poder utilizar o canal que já criamos o ano passado para a migração laboral regulada e por isso." O objetivo é agilizar a disponibilização de mão de obra, em concreto através de mecanismo que o IEFP já tem, nomeadamente

com os Países de Língua Portuguesa (PALOP). Recorde-se que a "via verde" para contratação de mão de obra estrangeira arrancou há cerca de um ano, mas com resultados modestos, precisamente na construção.

De acordo com Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AIC-COPN), chegaram até agora 936 trabalhadores migrantes,

Menos de 24 horas depois de Marcele Rebelo de Sousa ter defendido um "canal de entrada" para mão de



sendo que o setor precisa de perto de 90 mil.

A ideia, referiu o primeiro-ministro, é "poder também de forma rápida, colocar a mão de obra que seja necessária perto da região ou das regiões que foram mais atingidas." Luís Montenegro indicou que "a estrutura de missão já está no terreno desde segunda-feira" para avaliar os prejuízos e a reconstrução.

ASAE controla preços de materiais

Além da mão de obra, o primeiro-ministro anunciou outras medidas para a área da construção, focando-se no controlo de preços, numa altura em que se assiste a uma corrida aos materiais de construção, nomeadamente às telhas, com as famílias a tentarem reparar os telhados das suas casas.

Em muitas lojas, encontrar estes materiais é quase impossível. E quando existem, verificam-se situações de aumento anormal dos preços de venda ao público, razão pela qual o Governo ordenou

a presença no terreno da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) para fiscalizar os agentes económicos.

A ASAE vai "poder fazer a fiscalização da eventual ocorrência do crime de especulação", disse Luís Montenegro. "Confiamos no sentido de responsabilidade das pessoas e dos agentes económicos, mas ninguém deve tirar partido da situação que enfrentamos", disse o primeiro-ministro.

"Cabe também ao Estado assegurar, através dos seus instrumentos e das suas entidades de fiscalização, que assim acontece, a bem da justiça e a bem da igualdade de todos os portugueses, nomeadamente daqueles que estão a atravessar um momento de maior dificuldade", rematou.

Apoios chegam até segunda-feira

Para ajudar as famílias afetadas pelo impacto da tempestade Kristin o Governo criou uma plataforma para pedir os apoios e que já se encontra disponível. Em causa está a ajuda financeira às famílias, que poderá atingir 12.900 euros anuais, ou seja, até 537 euros mensais por pessoa ou 1.075 euros por agregado. Este dinheiro chega "o mais tardar na próxima segunda-feira".

Para as empresas, as linhas de crédito já estão operacionais e já foram registadas candidaturas de "825 empresas" para apoios de mais de "204 milhões de euros", continuou. Os apoios aos agricultores estão igualmente "acessíveis" e estão já contabilizados cerca de "1.100 candidatos" para ajudas de mais de 84 milhões. ■

[A ASAE] vai poder fazer a fiscalização da eventual ocorrência do crime de especulação.

LUÍS MONTENEGRO
Primeiro-ministro

Kristin leva mais de 800 empresas a pedir crédito para a tesouraria

Banco Português de Fomento registou candidaturas para mais de 200 milhões de euros no dia de lançamento das linhas de apoio às empresas afetadas pela Kristin. Maior parte dos pedidos são para a tesouraria.

Como prometido, o Banco Português de Fomento abriu as candidaturas às linhas lançadas para dar resposta às empresas afetadas pela Kristin. No primeiro dia, contabilizam-se mais de 800 pedidos. A maioria está concentrada no financiamento à tesouraria, com os empresários a procurarem fundos para fazerem face a encargos urgentes.

De acordo com dados obtidos pelo Negócios, até às 18h00 desta quarta-feira, o dia de lançamento das linhas de apoio anunciadas pelo Governo e operacionalizadas pela instituição liderada por Gonçalo Regalado, foram contabilizadas 825 candidaturas por parte de empresas que viram os seus negócios impactados pela passagem da depressão pela região Centro do país.

As candidaturas recebidas equivalem a um valor global de pedido de financiamento que ascende a 205 milhões de euros, sendo que as duas linhas criadas no espaço de menos de uma semana ascendem a 1,5 mil milhões de euros. Este valor corresponde a cerca de 14% desse "bolo".

Gonçalo Regalado adiantou ao Negócios que entre as candidaturas registadas na plataforma "é praticamente tudo [pedidos] para tesouraria", sendo essa a linha de menor valor, num total de 500 milhões de euros. Significa isto que mais de 40% da garantia disponibilizada para que as empresas obtenham esse financiamento está já "reservada".

A maior apetência por esta linha de crédito garantida revela que os empresários estão a procurar suprir necessidades urgentes de fundo de



Gonçalo Regalado diz que equipa trabalhou "dia e noite" nas linhas.

manejo perante a paragem abrupta da atividade desde a semana passada, altura em que a Kristin fustigou a região Centro. Foram muitas as empresas afetadas pela depressão, com várias a não conseguirem sequer pagar os salários referentes a janeiro.

Além da linha de crédito para a tesouraria, com 500 milhões de euros, e da linha de mil milhões de euros para recuperação de estruturas de empresas que não têm cobertura de seguros, as empresas afetadas contam ainda com uma moratória de 90 dias nos empréstimos vivos, isto além

da isenção de contribuições para a Segurança Social durante seis meses e o acesso a um regime de lay-off simplificado.

"Dia e noite" para haver dinheiro dia 9

Gonçalo Regalado salienta o trabalho realizado pelas equipas do banco que lidera, que estiveram "a trabalhar de dia e de noite, fim de semana incluído, para termos um programa de 1,5 mil milhões pronto numa semana". Agora, nota, "está no mercado e vamos apoiar as empresas com toda a convicção e enorme sentido de missão", diz, salientando também o papel do sistema financeiro nacional.

Cabe aos bancos agirem, agora, com celeridade na validação dos créditos solicitados pelas empresas, sendo que o CEO do Banco Português de Fomento já tinha sinalizado que o dinheiro poderá chegar às contas dos destinatários já no dia 9, a próxima segunda-feira. "Os bancos comerciais querem ajudar e vão ajudar e fazer bem", disse o responsável. ■

PAULO MOUTINHO

[Das candidaturas recebidas] é praticamente tudo para tesouraria.

GONÇALO REGALADO
CEO do BPF

Falta de peças já está a travar a produção da Autoeuropa

O impacto das sucessivas tempestades que têm devastado o país ainda não se fez sentir de forma drástica nas duas maiores fábricas de produção de automóveis, apesar de ambas reconhecerem que alguns fornecedores foram atingidos pelo mau tempo. A Autoeuropa foi mesmo forçada a suprimir o turno da noite em três dias.

PEDRO CURVELO

pedrocurvelo@negocios.pt

Sem estarem localizadas nas zonas mais violentamente atingidas pelas tempestades Kristin e Leonardo, a Stellantis de Mangualde e a Volkswagen Autoeuropa, em Palmela, dependem de fornecedores nacionais, alguns dos quais em áreas que sofreram de forma mais grave aflição dos elementos, nomeadamente nos distritos de Leiria e Coimbra. A Stellantis indica ao Negócios que tem mantido a capacidade no máximo. Já a Autoeuropa diz que a situação “está a ser gerida”, mas já há um travão no T-Roc.

A Autoeuropa, que representa 70% da produção automóvel em Portugal, está a “conseguir gerir alguns constrangimentos enfrentados por alguns dos fornecedores”, disse ao Negócios fonte oficial da fábrica de Palmela. Contudo, como revelou a Comissão de Trabalhadores da empresa, foram suspensos os turnos da noite de quarta a sexta-feira devido à escassez de algumas peças essenciais para a produção do SUV da VW.

O “porta-aviões” da indústria automóvel nacional refere ao Negócios que “está a ajudar os fornecedores afetados pelo mau tempo a recuperarem a operacionalidade”, assegurando, assim, que a produção do T-Roc não sofra grandes perturbações. Mas os efeitos das sucessivas tempestades já se sentem.

A Stellantis de Mangualde escapou do impacto direto do mau tempo, mas admite que alguns fornecedores foram atingidos. Ainda assim, fonte oficial da fábrica que produz veículos das marcas Peugeot, Citroën, Opel e Fiat, assegura ao Negócios que “nenhum dos fornecedores daquelas zonas [em par-

ticular Leiria] deixou de entregar na fábrica”, que no ano passado alcançou um novo máximo histórico de produção com 91.662 viaturas, o equivalente a 26,8% do total.

A fábrica portuguesa teve mais sorte do que a “irmã” de Vigo, que foi forçada a suspender vários turnos de produção devido a problemas na cadeia de fornecimento de componentes por parte de empresas espanholas devido à tempestade Kristin.

Impacto maior lá fora

A região de Leiria tem um elevado número de empresas da indústria de moldes e que fornecem quer fabricantes de componentes para a indústria automóvel quer diretamente construtoras automóveis. É o caso da TJ Moldes, cujos responsáveis já assumiram publicamente que existe o risco de paralisar uma fábrica da Porsche na Alemanha devido aos estragos provocados pela tempestade Kristin. Em causa está o molde para o capô de um dos modelos da marca germânica.

O presidente da Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel (AFIA), José Couto, já alertou que o impacto poderá ser mais forte em empresas de componentes ou fabricantes automóveis nos mercados alemão, espanhol e francês.

Ao Negócios, o responsável sublinha que as empresas fornecedoras do setor automóvel daquelas regiões estão a “organizar-se para disponibilizarem capacidade de produção umas às outras”. Há um movimento de solidariedade entre os empresários que tentam, desta forma, evitar a perda de clientes. Esse é, de resto, o maior risco para as empresas que sofreram maiores danos: verem os seus clientes substituí-los por outros fornecedores se o retorno à normalidade nas operações demorar demasiado tempo. ■



A Autoeuropa, que produz o T-Roc, está a “conseguir gerir alguns constrangimentos dos fornecedores”.

Seguradoras preveem um valor recorde de indemnizações

O valor a pagar pelas seguradoras vai ser acima do recorde de 2017. As empresas têm danos maiores. Muitas habitações não têm seguro.

São números ainda incertos e vão continuar a aumentar pelo menos até ao final da semana, mas a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) já tem registo de quase 35 mil participações de sinistros e estima custos com indemnizações entre os 300 milhões e os 500 milhões de euros – o que vai ao encontro do que foi avançado por fontes do setor ao Negócios. “Seguramente vai ser o maior evento em termos de montantes indemnizados desde sempre aqui em Portugal pagos pelas seguradoras”, diz José Galamba de Oliveira, presidente da APS, em entrevista ao programa do Negócios no canal NOW.

Galamba de Oliveira explica que o maior valor pago até agora foi relativo aos incêndios de 2017, que chegou a 250 milhões de euros, mas chama também a atenção para outro evento de natureza semelhante ao deste, a tempestade Leslie, em 2018, “com estragos importantes, cerca de 40 mil participações e o valor de indemnizações pagas superior a 100 milhões”.

Enquanto o maior número de participações diz respeito a habitações, os maiores estragos foram causados às empresas. “O grande impacto é nas zonas industriais, nos negócios, nas fábricas, onde o

número de participações é menor, mas os eventos são sempre mais gravosos porque os capitais envolvidos são sempre muito maiores”, indica. A maioria das apólices protegem património – edifícios e equipamentos – e há menos empresas protegidas contra outro grande efeito negativo: as perdas de exploração, ou seja, os danos causados pela paragem das operações. “Em várias fábricas essa cobertura não existe. Existe para a parte patrimonial, para reerguer o edifício ou para comprar novas máquinas, mas para o evento de estarem parados durante umas semanas ou até, em alguns casos, meses... alguns destes negócios não têm essa cobertura”, lamenta.

O presidente da APS dá conta de “muitas participações” relativas a casas, mas diz que “infelizmente muitas casas não têm seguro”. “Tudo o que são vivendas unifamiliares, aí a taxa de cobertura de seguro é abaixo de metade”, comenta.

Apesar das dificuldades e atrasos no terreno, a APS está confiante que será possível cumprir o prazo anunciado pelo Governo de vistorias em 15 dias. “Esse é o nosso compromisso e estamos a trabalhar para que isso seja conseguido. Obviamente que tivemos que movimentar o setor no seu todo, movimentar equipas e peritos que tipicamente estão aloçadas a outras regiões do país. [...] Esse é o grande objetivo: que 80% das participações tenham uma peritagem efetuada no limite até duas semanas depois”, diz.

Para que isto aconteça, as seguradoras mobilizaram milhares de trabalhadores, sobretudo gestores de sinistros, gestores comerciais e peritos. ■ ISG

O grande impacto é nas zonas industriais, nos negócios, nas fábricas.

JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA
Presidente da APS

Os últimos 80 mil: porque é que a luz ainda não chegou a todos

Danos extensos na rede, acessos difíceis e reconstrução em cascata estão a atrasar o restabelecimento total de eletricidade após a Kristin. REN admite reparações que podem durar meses. Governo recorre a geradores de emergência.

Depois de um pico de cerca de um milhão de clientes sem luz no auge da depressão Kristin, a reposição do fornecimento entrou agora na sua fase mais exigente. Segundo dados da E-Redes, permanecem cerca de 80 mil clientes ainda sem energia, concentrados sobretudo nos distritos de Leiria, Santarém, Castelo Branco e Coimbra. A explicação já não está na disponibilidade de energia nem na falta de meios humanos ou técnicos, mas sim na destruição física da rede e na necessidade de a reconstruir no terreno, troço a troço.

Nos primeiros dias após a tempestade, a redução rápida do número de clientes afetados foi possível graças à redundância do sistema elétrico. A rede de transporte conseguiu desviar fluxos por percursos alternativos, garantindo alimentação às subestações da E-Redes mesmo em zonas fortemente atingidas. Essa fase está praticamente concluída. O que resta são áreas onde a eletricidade não está desligada — está impedida de chegar aos clientes porque postes, cabos e equipamentos de média e baixa tensão foram derrubados.

A dimensão dos danos ajuda a explicar porque é que esta última etapa é a mais lenta. A REN contabiliza 101 postes de muito alta tensão derrubados ou seriamente danificados e 774 quilómetros da Rede Nacional de Transporte fora de operação. “Num espaço de três ou quatro horas caíram-nos mais de 60 torres, algumas com 70 e 80 metros de altura, ficando 650 quilómetros de linhas inoperacionais”, descrevia o presidente da REN, Rodrigo Costa, aos jornalistas, justificando o impacto como “brutal”.

Apesar dessa destruição sem precedentes, o abastecimento não falhou por problemas na rede de transporte. O entrave está a juntar-se, na distribuição. “Não é falta de

ERSE protege consumidores

A ERSE determinou, com caráter excepcional e urgente, um conjunto de medidas para proteger os consumidores afetados pela tempestade Kristin. Nos concelhos abrangidos pela declaração de calamidade, o operador da rede de distribuição fica impedido de efetuar interrupções de fornecimento ou reduções de potência contratada por falta de pagamento, sendo ainda estabelecido que os clientes afetados “não pagarão os encargos de potência contratada devidos pelo uso de redes”, uma vez que este encargo “paga a disponibilidade da rede, a qual foi afetada”. A ERSE definiu igualmente que a estimativa de consumo durante os períodos de interrupção é nula, considerando que “não é aceitável manter a metodologia de consumos históricos nesta situação excepcional”. As medidas produzem efeitos desde 28 de janeiro de 2026 e mantêm-se em vigor até nova definição regulamentar.

mão-de-obra nem de equipamentos. O desafio é a escala e a complexidade da intervenção”, sublinhava o CEO da REN. A operação no terreno mobiliza cerca de 250 trabalhadores e 50 meios pesados, apenas na região de Leiria, mas enfrenta acessos difíceis, solos encharcados e riscos de segurança, o que condiciona o ritmo dos trabalhos.

A ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, indicou que a reposição do fornecimento elétrico deverá avançar de forma faseada, apontando para 95% dos clientes com eletricidade até sábado e 98% até ao sábado seguinte. A governante sublinhou que “os 2% finais correspondem a um número muito residual”, acrescen-

tando que a reposição total só será possível na ausência de novos episódios meteorológicos adversos. “Se tudo correr normalmente, até ao fim do mês de fevereiro ficará tudo reposto a 100%.”

Geradores de urgência

Para mitigar o impacto social enquanto decorre a reconstrução, o Governo recorre a geradores de emergência. A ministra do Ambiente e Energia indicou que estão no terreno cerca de 300 geradores, com mais 200 disponíveis, sobretudo para assegurar serviços essenciais e apoiar zonas muito isoladas.

Ainda assim, a governante sublinhou os limites desta solução. A instalação de geradores exige transporte especializado, gruas e um abastecimento contínuo de combustível, o que torna a resposta logística complexa e pesada. “O que estamos a fazer não é uma reparação pontual, é uma reconstrução”, afirmou, classificando a depressão Kristin como um evento sem precedentes em Portugal, em particular pela velocidade do vento, muito acima do que a rede aérea está dimensionada para suportar.

O episódio voltou a colocar no centro do debate a resiliência da rede elétrica e a hipótese de enterramento parcial das linhas em zonas críticas, uma solução tecnicamente mais robusta face a fenômenos meteorológicos extremos, mas com custos muito superiores. A ministra admitiu que uma rede enterrada custa cerca de 15 vezes mais do que uma rede aérea, o que implica decisões faseadas, planeamento de longo prazo e financiamento significativo. Até lá, a prioridade mantém-se no terreno: reconstruir a rede destruída para chegar aos últimos clientes. Como resumiu Rodrigo Costa, “para quem está sem eletricidade, uma hora é sempre uma hora a mais”. ■ PVR

Economia travou a fundo após passagem da Kristin

Atividade diminuiu no dia da tempestade e nos dois seguintes. Economistas veem PIB a aguentar no conjunto do ano, desde que haja recuperação do que foi destruído. Apoios do Governo e PRR são fundamentais, avisam. Ainda assim, impacto pode ficar no longo prazo.

SUSANA PAULA
susana.paula@negocios.pt
JOANA ALMEIDA
joana.almeida@negocios.pt

Aatividade económica nacional travou a fundo após a passagem da depressão Kristin pelo país, mantendo-se no negativo por mais dois dias. A economia voltou a crescer, a nível diário, apenas na passada sexta-feira, mas ainda a níveis perto do zero.

O indicador diário de atividade económica, publicado ontem pelo Banco de Portugal (BdP), registou valores negativos a partir de 28 de janeiro, dia da chegada da depressão Kristin a Portugal, invertendo a tendência de crescimento que se verificava desde o arranque do ano.

No arranque de 2026 a atividade diária crescia a níveis em torno dos 4%, mas com a chegada da tempestade Kristin recuou por três dias seguidos: 2,4% no dia 28, 3,8% no dia 29 e 1,2% no dia 30. A recuperação chegou depois: a 31 de janeiro a atividade cresceu 0,3% e a 1 de fevereiro, último dia para o qual há dados disponíveis, avançou 2,8%.

Contas feitas, na semana entre 26 de janeiro e 1 de fevereiro, aprimora que apanha a tempestade Kristin, a atividade económica mal descolou do zero, ao crescer apenas 0,3%. Ora, o BdP frisa que esta taxa de variação fica “abaixo da observada na semana anterior, afetada pelo impacto das condições meteorológicas adversas”. Na semana anterior tinha crescido 1,1%.

O indicador do Banco de Portugal usa dados de alta frequência, como o tráfego de pesados nas autoestradas, consumo de eletricidade e movimentos com



A passagem da depressão Kristin destruiu infraestruturas de empresas.

cartões multibanco. A utilização destes dados intensificou-se com a pandemia de covid-19, para identificar alterações na atividade económica.

Por ser divulgado com um curto desfasamento face ao período de referência, o indicador tem permitido captar choques económicos imediatos nos últimos tempos, como greves, apagões ou tempestades. Acaba por ser “um indicador auxiliar à tomada de decisão da política económica”, resume Alexandra Ferreira Lopes, professora do ISCTE.

Economia aguenta no conjunto do ano

Mais de uma semana depois da passagem da Kristin, quase uma centena de milhar de pessoas continuam sem eletricidade, há infraestruturas elétricas e de telecomunicações por recuperar e empresas e famílias reportaram já centenas de milhões de euros em prejuízos. Resta saber qual será o impacto da tempestade Kristin e da depressão Leonardo na economia portuguesa.

Os economistas ouvidos pelo Negócios avisam que estas tempestades vão ter uma repercussão

“

A reconstrução é atividade. E, portanto, no cômputo do ano, os efeitos deverão ser insignificantes.

ÓSCAR AFONSO
Diretor da Faculdade de Economia do Porto

Estes dois efeitos [apoios do Governo e PRR] podem mais do que compensar os efeitos climatéricos nefastos.

ALEXANDRA FERREIRA LOPEZ
Professora do ISCTE

“

ser afetado. Mas põe a tônica na necessidade de execução dos apoios do Governo e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). “Estes dois efeitos podem mais que compensar os efeitos climatéricos nefastos”, afirma.

Pedro Braz Teixeira, do Fórum para a Competitividade, olha para o copo meio cheio: “Paradoxalmente, o impacto final das tempestades sobre o PIB poderá ser positivo, porque a sua destruição não é contabilizada, enquanto o investimento de recuperação é.”

E no longo prazo?

No que diz respeito ao longo prazo, João Duque, dean do ISEG, mostra-se menos otimista. Além do impacto direto da tempestade, na distribuição de “stock” de capital – perda de casas, infraestruturas, fábricas, equipamentos e outros ativos –, há “um impacto indireto que é o que se deixa de fazer, nomeadamente a produção de determinados produtos ou a prestação de determinados serviços”, avisa.

O economista do ISEG aponta ainda a “eventual perda de clientes, tendo em conta o que se deixa de fornecer”. E dá o caso da Porsche, que disse estar à procura de outros fornecedores por ter ficado sem peças na Alemanha, após a tempestade. “O problema é que, se esses são clientes áncora das empresas, a perda tem um impacto grande não só no curto prazo, mas a longo prazo também.”

É nesse sentido que avisa que o “PIB potencial cai muito” após estas depressões, “porque há perda de capacidade de produção” e, dos ativos que ficam, “não se consegue retirar o mesmo output”. Novamente, a chave pode estar na reconstrução: “A redução pode ser mitigada com a reposição de ativos mais modernos”, alerta. ■

MAU TEMPO

Governo chama imigrantes e vigia custos na construção

- Atividade económica travou a fundo após passagem da Kristin
- Falta de peças já está a afetar a produção da Autoeuropa
- 800 empresas pediram apoios. Calamidade até 15 de fevereiro

P. 8 a 12



TERRA HISTÓRICA
Alcácer do Sal

Alcácer do Sal foi um dos concelhos mais afetados pelas inundações.